

ACTA N.º 2

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte cinco reuniu na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o júri do procedimento concursal para a regularização de vínculos precários de trabalhadores que prestam serviço na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com vista ao provimento de um posto de trabalho na Divisão de Apoio Jurídico, na categoria/carreira de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, designado por deliberação de 05/06/2025, do Conselho Diretivo e constituído por:

Presidente: Elisabete Maria Viegas Frutuoso, Diretora de Unidade de Serviços Jurídicos e de Apoio à Administração Local da CCDR Centro;

Vogais Efetivos: - Maria Adelaide Machado da Silva Loio, Diretora da Unidade de Organização, Gestão de Recursos Humanos e Formação da CCDR Centro e Ana Isilda Ferreira Esteves Perdigoto, Técnica Superior da Unidade de Organização, Gestão de Recursos Humanos e Formação da CCDR Centro.

A reunião teve por objetivo a análise das candidaturas apresentadas no procedimento, verificando-se se os requisitos de admissão estavam cumpridos.

Da análise efetuada verificou-se que apenas a candidata Eugénia da Conceição de Almeida Gouveia reunia todos os requisitos de admissão exigidos no aviso de abertura do procedimento concursal, podendo, assim ser admitida.

Os restantes 23 candidatos irão ser excluídos do procedimento de acordo com os seguintes fundamentos:

- Por não exercerem ou terem exercido as funções correspondentes à carreira/categoria de técnico superior que caracterizam o posto de trabalho posto a concurso, descritas no ponto 6 do aviso, na CCDRC, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º n.1, alínea b) da Lei n.º112/2017, de 29 de dezembro, conforme exigido no ponto 9.1 do aviso de abertura do procedimento concursal, os candidatos:

Adriana Pereira Duque, Ana Carolina Cabral Ramalho Farias de Almeida, Ana Isabel Correia Carvalho, Ana Rita de Carvalho Almeida, André Filipe Lopes Pereira, Celeste Marques Maia, Elizabeth Lossi Panzo Dongala, Hélder Fernando Antunes Geraldo

Apóstolo, Joana Batista César, Maria Inês Rodrigues Teixeira, Maria José Almeida Ribeiro, Michael Vinícius de Oliveira, Raquel Alexandra Portela Lourenço, Rita Dos Santos Alves, Rui Filipe Bacelar de Oliveira, Sandra Maria Nunes Ribeiro da Silva Rebelo, Sílvia Margarida dos Santos Simal, Susana Cristina Marques Branco;

- Por não possuírem licenciatura em Direito conforme exigido no ponto 7 do aviso de abertura do procedimento e não exercerem ou terem exercido as funções correspondentes à carreira/categoria de técnico superior que caracterizam o posto de trabalho posto a concurso, descritas no ponto 6 do aviso, na CCDRC, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º n.1, alínea b) da Lei n.º112/2017, de 29 de dezembro, conforme exigido no ponto 9.1 do aviso de abertura do procedimento concursal, os candidatos: Andreia Sofia Batista Rodrigues, Francisca Cardoso Osório Almeida, Maria Odete Gomes Ferreira, Natália Maria dos Santos Costa Braga, Patrícia Isabel Aguiar Marques.

Foi elaborada a lista de candidatos admitidos e excluídos que fazem parte integrante desta Ata.

Aos candidatos excluídos irá ser feita a audiência prévia nos termos do disposto no art.º 121º do Código do Procedimento Administrativo.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos os membros do júri:

O Júri
Presidente

1º Vogal Efetivo

2.º Vogal Efetivo